



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 314

Feito : Processo Nº 597/91-TCE/ACRE

Relator : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

Assunto : CONVÊNIO firmado entre a ACREDATA e o Laboratório de Análises Clínicas Dr. Luiz Augusto Batista - L.S. BATISTA S/C Ltda.

CONVÊNIO celebrado no dia 18 de julho de 1990, entre a Empresa de Processamento de Dados do Acre S.A. "ACREDATA" e o Laboratório de Análises Clínicas Dr. Luiz Augusto Batista - L.S. BATISTA S/C Ltda., objetivando a prestação de serviço de análises clínicas e patológicas - considerado regular

Infringência ao Decreto-Lei Nº 2300/86 e à legislação aplicável, implica em irregularidades e recomendação à origem.

Arquivamento do feito, após o registro do instrumento

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 597/91, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, acolher, ante as razões expostas, o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, para **considerar regular o Contrato**, em exame e ~~re~~aminado Convênio pela ACREDATA, com recomendação à origem, na pessoa de seus Ordenadores de Despesas para, em futuros acordos, sejam observadas as exigências e o cumprimento do disposto na Lei Nº 4320/64 e no Decreto-Lei Nº 2300/86, ante as irregularidades apontadas nos relatórios técnicos de fls. 10/12 e 20/24, dos autos e conseqüentemente, pelo arquivamento do processo, procedido o registro do instrumento, no livro próprio deste Tribunal de Contas. Vencidos, os Conselheiros Hélio Saraiva de Freitas e Valmir Gomes Ribeiro, que consideraram regular, com ressalvas, o instrumento e José Eugênio de Leão Braga, que **considerou irregular o Convênio**, por falta de amparo legal. ....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 11 de março de 1993.

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE,  
Presidente do TCE/ACRE

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA,  
Relator

Fui presente:

Mário Sérgio Neri de Oliveira  
MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA,  
Procurador do Ministério Público Especial

T. IBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6.007

de 13/04/93

*Freitas*  
Secretaria do Plenário  
Ecilda Araújo de Freila

Secretaria do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 597/91

RELATOR : Conselheiro José Augusto Araújo de Faria

ASSUNTO : CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A ACREDATA E LABORATÓRIO DE ANÁLISES  
CLÍNICAS DR. LUIZ AUGUSTO BATISTA - L.S. BATISTA S/C LTDA

RELATÓRIO:

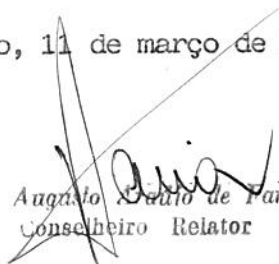
O presente feito trata de convênio entre a Acredata e Laboratório de Análises Clínicas Dr. Luiz Augusto Batista - L.S. Batista S/C Ltda, para prestação de serviços de análises clínicas e patológicas aos funcionários da Empresa Pública, decorrente de um acordo coletivo com o Sindicato do Urbanitários.

Da análise dos Técnicos e parecer do Douto Ministério Público Especial evidenciamos as seguintes irregularidades:

- 1 - nomeação do Contrato como Convênio;
- 2 - falta de divulgação no órgão oficial;
- 3 - negligência na estipulação do preço;
- 4 - falta de licitação.

É o Relatório.

Rio Branco, 11 de março de 1993.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

(PROCESSO: 597/91)

### CONCLUSÃO E VOTO:

Não é uma determinante regimental ter esta Egrégia Corte de Contas que caracterizar o significado dos institutos aos quais obrigam-se aqueles que exercem funções na Administração de conhecê-los.

É necessário que fique bem claro: Convênio é acordo, mas não é contrato. No contrato as partes têm interesses diversos; no convênio os partícipes têm interesses comuns e coincidentes.

Pela análise feita, concluímos que o negócio jurídico em exame é um contrato e não um convênio, pois existe prestação e contraprestação, e, o que é mais importante, os interesses das partes são opostos.

Presumimos que houve malabarismos para evitar a licitação, ato preliminar para um contrato administrativo, tendo em vista que a ACREDATA é uma empresa pública obrigada ao certame.

Os outros itens apontados no relatório estão, de certa maneira, ligados à falta da licitação, o que vem preponderando na maioria dos contratos.

**Considerando** que dentro do processo não existe nenhum documento contrariando o avençado por parte dos beneficiários; **considerando** que o Ministério Público Especial, em seu parecer de fls.29 entende não ter havido prejuízos aos cofres públicos; **considerando** que é pretérito e sem mais vigência o contrato; **considerando** os benefícios auferidos pelos funcionários da ACREDATA; **considerando, ainda**, o exame procedido pelo Relator, VOTO: no sentido de considerar REGULAR o contrato e que se recomende aos gestores da Empresa evitar, em futuras celebrações, as irregularidades. Pelo arquivamento.

É como voto.

Rio Branco-AC, 11 de março de 1993.

1